

RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.895 - SP (2019/0003955-7)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : NEUSA MARIA SALA ANTUNES
ADVOGADO : VANDERLAN FERREIRA DE CARVALHO - SP026487
RECORRIDO : ARNALDO KAKUZO FUNADA
ADVOGADO : ED WILSON MANORU DOI - SP179448

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado:

Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Exceção de pré-executividade. Prescrição intercorrente. Necessidade de prévia intimação pessoal do exequente para o início da contagem do prazo, ainda que a suspensão do processo tenha decorrido da inércia deste. Jurisprudência do STJ. Decisão mantida. Recurso a que se nega provimento.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 333/335, e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alega a recorrente, em suma, violação dos arts. 202, parágrafo único do Código Civil; 921, 4º e 924 do Código de Processo Civil de 2015, bem como divergência jurisprudencial.

Aduz, em síntese, haver desídia do recorrido, bem como a desnecessidade de intimação pessoal do credor para ser decretada a prescrição intercorrente.

Sustenta, ademais que "o início do prazo prescricional é automático e tem início a partir do último ato praticado pelo autor na persecução de seu crédito" (e-STJ, fl. 271).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Corte de origem afastou a prescrição intercorrente no presente caso ante a ausência de intimação do credor para dar andamento ao feito, mesmo reconhecendo a sua desídia, veja-se (fls. 259-260, e-STJ):

Patente o fato de a suspensão da execução ter ocorrido por desídia do agravado, quem não cumpriu o despacho de 12/06/2007 (fl. 136), que determinou o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 dias, resultando no arquivamento dos autos. Destaque-se, o pedido de

desarquivamento apenas se deu em 17/09/2014 (fl. 138).

Dessa forma, foi a incúria do credor, ao não recolher os honorários do perito, e não eventual ausência de bens penhoráveis, que provocou a suspensão da ação.

Todavia, vigente à época o CPC/1973, a fim de ser declarada a prescrição intercorrente, faz-se imperiosa uma anterior intimação pessoal do exequente para dar continuidade ao feito, o que não ocorreu.

[...]

Ora, em que pese a prova da não observância do despacho pelo credor, a única intimação demonstrada foi publicada no D.O.E. (fl. 137), com a ciência pessoal do patrono a respeito do arquivamento dos autos.

Em momento algum houve a necessária intimação pessoal da parte, o que torna impossível o reconhecimento da pretendida prescrição intercorrente.

Entretanto, cumpre esclarecer que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça evoluiu (em recente julgamento) para passar a entender que, na vigência do CPC de 1973, a prescrição intercorrente tem início após o prazo judicial fixado de suspensão do feito ou, não havendo fixação, em um ano após seu arquivamento. Não é mais necessária, assim, para o início do prazo prescricional da pretensão executiva, a prévia intimação do exequente para dar andamento ao processo. Não obstante, em homenagem ao contraditório e à ampla defesa, é necessária a intimação do exequente, na pessoa de seu advogado, oportunizando-lhe se manifestar quanto à configuração da prescrição ("apresentar defesa quanto à eventual ocorrência de fatos impeditivos, interruptivos ou suspensivos da prescrição").

Veja-se:

RECURSO ESPECIAL. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CABIMENTO. TERMO INICIAL. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO CREDOR-EXEQUENTE. OITIVA DO CREDOR. INEXISTÊNCIA. CONTRADITÓRIO DESRESPEITADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 947 do CPC/2015 são as seguintes:

1.1 Incide a prescrição intercorrente, nas causas regidas pelo CPC/73, quando o exequente permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado, conforme interpretação extraída do art. 202, parágrafo único, do Código Civil de 2002.

1.2 O termo inicial do prazo prescricional, na vigência do CPC/1973, conta-se do fim do prazo judicial de suspensão do processo ou, inexistindo prazo fixado, do transcurso de um ano (aplicação analógica do art. 40, § 2º, da Lei 6.830/1980).

1.3 O termo inicial do art. 1.056 do CPC/2015 tem incidência apenas nas hipóteses em que o processo se encontrava suspenso na data da entrada em vigor da novel lei processual, uma vez que não se pode extrair interpretação que viabilize o reinício ou a reabertura de prazo prescricional ocorridos na vigência do revogado CPC/1973 (aplicação irretroativa da norma processual).

1.4. O contraditório é princípio que deve ser respeitado em todas as manifestações do Poder Judiciário, que deve zelar pela sua observância, inclusive nas hipóteses de declaração de ofício da prescrição intercorrente, devendo o credor ser previamente intimado para opor algum fato impeditivo à incidência da prescrição.

2. No caso concreto, a despeito de transcorrido mais de uma década após o arquivamento administrativo do processo, não houve a intimação da recorrente a assegurar o exercício oportuno do contraditório.

3. Recurso especial provido.

(REsp 1604412/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/6/2018, DJe 22/8/2018)

Assim, verifico que o acórdão recorrido, no aspecto em que reconhece ser indispensável "a intimação pessoal da parte", não se ajusta à jurisprudência do STJ, acima demonstrada, razão pela qual imperiosa se faz sua reforma.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso especial para declarar a prescrição intercorrente ao caso concreto.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

